

# QUESTÕES IMPORTANTES SOBRE O PREENCHIMENTO DO PAR MUNICIPAL 2011 – 2014

(4ª versão)



**PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
DA EDUCAÇÃO**

**Ministério da Educação**

No mês de abril de 2011, o Ministério da Educação disponibilizou aos municípios o novo instrumento diagnóstico do PAR (etapa 2011 a 2014), que possui quinze questões pontuais e oitenta e dois indicadores.

Os municípios foram orientados, nesse primeiro momento, a preencher os seguintes itens:

- Dados da Unidade
- Questões Pontuais
- Indicadores Qualitativos

Todas as orientações necessárias à aplicação do instrumento diagnóstico estão contidas nas "[Orientações Gerais para Elaboração do Plano de Ações Articuladas dos Municípios – PAR 2011-2014](#)", documento encaminhado aos entes federados com cadastro ativo no Módulo PAR 2010 do Simec e disponibilizado no portal do Ministério da Educação. Para complementar esse material de orientação aos municípios, foi disponibilizado ainda o "[Instrumento Diagnóstico – PAR Municipal 2011 – 2014](#)".

O diagnóstico é muito importante para que se compreenda o contexto educacional local. Ele deve ser feito com muita calma, refletindo-se sobre cada questão para que as respostas sejam consistentes.

A equipe técnica do PAR está analisando alguns diagnósticos já elaborados pelos municípios com vistas a identificar as dificuldades que os municípios estão encontrando na elaboração autônoma do Plano de Ações Articuladas. Nesse sentido, consolidou-se o presente documento como mais um instrumento de apoio técnico aos municípios.

## 1. Pontos a serem observados

### 1.1. Sobre o navegador a ser utilizado

- O navegador utilizado para o preenchimento do PAR deve ser o *Mozilla Firefox*, pois, utilizando-se o *Internet Explorer*, algumas funcionalidades não são executadas adequadamente. O navegador Mozilla é livre e grátis, e pode ser encontrado no link <http://www.mozilla.com/pt-BR/firefox/>.



- Outra alternativa é o navegador *Google Chrome* (<http://www.google.com/chrome/?hl=pt-BR>), que também é livre e grátis.



### 1.2. Sobre a aba “Dados da Unidade”

- Os dados preenchidos em “Dados da Unidade” são o principal canal de comunicação do MEC com os municípios. Por isso, *e-mails*, endereços e telefones devem estar sempre atualizados para permitir nossa pronta comunicação com o município. **Da qualidade dessas informações depende a eficiência de nossa comunicação.**

### 1.2.1. Sobre a localização do prédio da prefeitura e da secretaria

- Sempre que possível, informar com exatidão a localidade do prédio:



- Use as setas de navegação que aparecem no canto superior esquerdo da tela para chegar à correta localização, ou o ponto definido não representará o prédio:



# A EDUCAÇÃO SÓ MELHORA POR MEIO DO PLANEJAMENTO

## 1.2.2. Sobre a “Equipe Local”

- **O PAR deve ser elaborado com responsabilidade**, tendo em vista que seu objetivo principal é a busca da melhoria na qualidade do ensino em todas as escolas, atendendo às expectativas de aprendizagem de cada série. O planejamento, portanto, deve ser realizado de acordo com a realidade municipal, de forma franca e consciente.

## PLANEJAR IMPLICA DEBATER, DIALOGAR, OUVIR

- O PAR deve ser preenchido a partir de **ampla discussão com a equipe local**, que deverá ter, preferencialmente, a seguinte constituição: dirigente municipal de educação; técnicos da secretaria municipal de educação; representante dos diretores de escola; representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos conselhos escolares; representante do Conselho Municipal de Educação (quando houver).

## EQUIPE LOCAL ≠ COMITÊ LOCAL

- **A equipe local é diferente do comitê local.** A equipe local é quem elabora e monitora a execução do PAR; o “Comitê Local do Compromisso”, quem acompanha sua implementação no município. O ideal é que a equipe e o comitê sejam compostos por membros distintos, com exceção do dirigente municipal de educação, que, obrigatoriamente, irá compor ambos.

### 1.2.3. Sobre o “Comitê Local do Compromisso”

- A criação do “**Comitê Local do Compromisso**” está expressa na 28ª diretriz do Plano de Metas Todos pela Educação ([Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007](#)).
- Para que o PAR alcance seu objetivo, é necessário que o “**Comitê Local do Compromisso**” **seja, realmente, atuante** e observe, sistematicamente, o alcance dos resultados e metas previstos a partir do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).
- O “Comitê Local do Compromisso” deve contar, preferencialmente, com representantes da sociedade civil (associações de moradores, de empresários, sindicatos, ONGs, igreja, população em geral), Ministério Público, Conselho Tutelar, dirigentes do sistema educacional público e outros segmentos da Prefeitura Municipal, visando ao desenvolvimento do PAR no município. Assim, o prefeito municipal e o dirigente municipal de educação devem garantir a participação representativa da sociedade civil e do governo local no exercício de mobilização e acompanhamento das temáticas educacionais ofertadas à comunidade.
- O papel do “Comitê Local do Compromisso” pode também ser atribuído ao Conselho Municipal de Educação, caso ele exista no município, desde que garanta a participação da sociedade civil com a criação de um subgrupo de trabalho com o objetivo de mobilizar a sociedade, com a devida alteração do ato legal que instituiu o Conselho Municipal de Educação.

## COMITÊ LOCAL NÃO É ORGÃO FISCALIZADOR

- O Plano de Metas do PDE reafirma o significado da mobilização social a partir da instituição do inciso XXVIII do Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, ao prever a organização de um Comitê Local do Compromisso, encarregado da **mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do Ideb**. Na conceituação da gestão participativa, é importante que se percebam os mecanismos institucionalizados que diferenciam os atos inerentes ao **controle social** dos que são atribuídos à **mobilização social**.
- **Controle social** é a capacidade que tem a sociedade organizada de atuar nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para estabelecer suas necessidades, interesses e **controlar a execução dessas políticas**. Assim, na Educação, os mecanismos institucionalizados do controle social são representados pelos conselhos de educação; os conselhos do Fundeb; os conselhos do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), entre outros. São elementos básicos do controle social: o controle das atividades, dos programas, projetos, serviços e ações das políticas públicas; da observância das normas gerais que regulam as atividades auxiliares ou meio; e da aplicação dos recursos financeiros e do uso dos bens públicos
- Já a **mobilização social** deve ser pautada pela articulação institucional, mobilização popular, produção e disseminação de conhecimento e comunicação. Por meio da articulação institucional, há a construção de alianças e parcerias com diversas organizações e movimentos nacionais e internacionais. Busca-se, ainda, envolver estudantes, profissionais de Educação, familiares, cidadãos em mobilizações locais e nacionais. Por

último, com a mobilização social, pretende-se estimular a afirmação do protagonismo da população na luta pela educação de qualidade.

## 2. Pontos a serem evitados

### 2.1. Sobre a “Equipe Local”

- A equipe local é um grupo de pessoas representantes de diversos setores da educação local, conforme apontado anteriormente. Todas elas devem estar presentes nas diversas fases de elaboração do planejamento. Os dados de todos os integrantes da equipe local devem ser registrados na aba “Equipe Local” nos “Dados da Unidade”. Duas pessoas apenas não compõem uma equipe local para elaboração do PAR.

É importante que essa equipe tenha um planejamento de reuniões periódicas para obter informações sobre a execução das ações/subações do PAR, bem como fornecer subsídios para o monitoramento.

## A “EQUIPE LOCAL” ELABORA, O “COMITÊ LOCAL” MOBILIZA E ACOMPANHA

### 2.2. Sobre o “Comitê Local do Compromisso”

- Conforme ressaltado anteriormente, o comitê local é diferente da equipe local. Evite repetir, na composição do Comitê Local, todos os nomes listados na composição da equipe local. É de fundamental importância que haja moderação nessa repetição de membros. O PAR é um instrumento de planejamento visando à melhoria da qualidade da educação e, para que tenha êxito, é necessário que representantes dos diversos setores da educação local participem e garantam a qualidade desse planejamento. Destacamos, mais uma vez, que o comitê, diferentemente da equipe local, é formado por diversos setores da sociedade, conforme estabelece o decreto 6.094 / 2007, art. 2º, inciso XXVIII:

“organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB”.

**IMPORTANTE:** o PAR é um instrumento que privilegia a ação participativa, não deve ser elaborado e preenchido por apenas uma pessoa, seja ela um técnico da secretaria de educação ou uma pessoa contratada para esse fim.

## 2.3. Sobre a contratação de consultoria para a elaboração do PAR

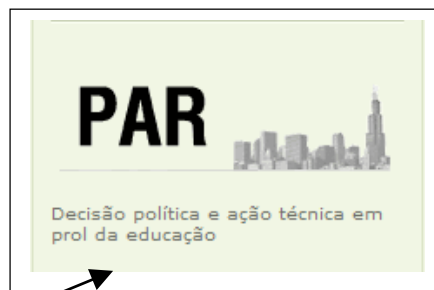
- O MEC não incentiva a contratação de consultores para elaboração do PAR. O pagamento de intermediários, que muitas vezes não conhecem a realidade do município, poderia ser um gasto inútil e, o que seria ainda pior, poderia impedir a comunicação direta entre o MEC e o gestor municipal.
- As equipes técnicas do MEC e do FNDE estão à disposição para prestar assistência técnica aos municípios gratuitamente, sendo dispensável a contratação de consultores sem relação com o Ministério. Em caso de dúvida, durante a elaboração do PAR, os dirigentes municipais de educação podem ligar para o MEC e para o FNDE – os números estão no final desse documento – ou encaminhar mensagem para [planodemetas@mec.gov.br](mailto:planodemetas@mec.gov.br).

## 3.Recomendações importantes para o preenchimento dos “Indicadores Qualitativos”

### 3.1. Relatório Público do Plano de Ações Articuladas

- Após a elaboração e análise do PAR, o Ministério da Educação disponibilizará o Plano de Ações Articuladas do município no [módulo público](#). Dessa forma, **é imprescindível o respeito à norma culta da Língua Portuguesa e atenção à ortografia e a outros aspectos formais de seu uso.**

(Portal do Ministério da Educação - [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br))





### 3.1. Justificativa e Demandas Potenciais

Pontuação	Critérios Preenchimento Obrigatório
<input type="radio"/>	1. Quando não existe nenhuma forma de acompanhamento e avaliação das metas do Plano Municipal de Educação (PME) por parte da secretaria municipal de educação, ou previsão de implantação do PME. Ou ainda, quando não existe o PME.
<input type="radio"/>	2. Quando existe o Plano Municipal de Educação (PME) e um planejamento para o acompanhamento e avaliação de suas metas, mas no planejamento não está prevista a participação de professores e gestores e de representantes da sociedade civil organizada.
<input type="radio"/>	3. Quando existe o Plano Municipal de Educação (PME) e o acompanhamento e avaliação de suas metas, com a participação de professores e gestores, sem a presença de representantes da sociedade civil organizada. A avaliação não é contínua e o acompanhamento é voltado à análise de aspectos apenas quantitativos.
<input type="radio"/>	4. Quando existe o Plano Municipal de Educação (PME) e o acompanhamento e avaliação de suas metas, com a participação de professores e gestores e de representantes da sociedade civil organizada. A avaliação é contínua e o acompanhamento voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos.

Justificativa:

1000 máximo de caracteres

**Demandas Potenciais**

Redes Municipais:

1000 máximo de caracteres

Salvar Anterior Próx

## A JUSTIFICATIVA TRAZ UMA DESCRIÇÃO DA REALIDADE DO INDICADOR

- **Campo “justificativa”:** utiliza-se para fundamentar e detalhar a pontuação escolhida pelo município para o indicador. Quanto mais elementos forem fornecidos, mais precisas serão sua leitura e análise posteriores. Quando for o caso, o município deve apontar os resultados obtidos na execução do PAR anterior para justificar a pontuação aferida.

## REVISAR AS RESPOSTAS É IMPRESCINDÍVEL

- A justificativa deve ser clara e detalhada, fornecendo informações e elementos suficientes acerca da situação municipal referente ao indicador. Devem ser evitadas respostas pouco esclarecedoras. Quem acessar o PAR do município deve compreender de forma exata sua realidade educacional mediante a resposta fornecida.

## A DEMANDA POTENCIAL APONTA O QUE DEVE SER FEITO

- **Campo “demandas potenciais (redes municipais)”:** descreve-se TUDO o que deve ser feito para melhorar a situação municipal quanto àquele indicador. Também, nesse campo, devem ser evitadas respostas imprecisas; sugere-se que as quantidades desejadas (referentes a escolas, professores, materiais etc.) sejam descritas ao se explicitar a demanda. Mesmo quando não houver demandas potenciais, a resposta deve conter o motivo pelo qual elas não são necessárias. **Não forneça respostas superficiais.**

- Na exposição da “demanda potencial”, o município poderá levar em conta, também, os dados do Educacenso, a execução do PAR anterior e sua capacidade técnica para executar o que ainda falta para o alcance da situação ideal, ou seja, a pontuação 4.

- Recomenda-se que o texto da “demanda potencial” inicie com verbo no infinitivo. Por exemplo: criar, construir, incentivar, ampliar, capacitar.

**IMPORTANTE:** o PAR é um banco de dados PERMANENTE, com abrangência nacional e relevância única para estabelecer contato entre os entes da Federação. Por conseguinte, deve conter redação clara e correta.

O PAR deve conter o maior número possível de informações sobre a realidade educacional do município em cada indicador. Portanto, informe, esclareça, discuta e revise o PAR — quantas vezes forem necessárias — com a equipe local.

# DIAGNÓSTICOS JÁ ELABORADOS

A seguir apresentamos alguns exemplos de diagnósticos já elaborados pelos municípios, com respostas claras e redigidas com cuidado.

## EXEMPLO 1

**Dimensão:** 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

**Área:** 2. Organização das práticas pedagógicas

**Indicador:** 5. Estímulo às práticas pedagógicas fora do espaço escolar com ampliação das oportunidades de aprendizagem

### Pontuação

### Critérios Preenchimento Obrigatório

1. Quando não existe nenhuma forma de estímulo para realização de atividades fora do espaço escolar.
2. Quando a secretaria municipal de educação e as escolas prevêem, mas não dão condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar; as atividades ficam restritas a algumas visitas e não envolvem a integração com a comunidade do entorno.
- X** 3. Quando a secretaria municipal de educação e as escolas incentivam e dão condições parciais para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar; as atividades são basicamente de visitas e raramente envolvem a integração com a comunidade do entorno.
4. Quando a secretaria municipal de educação e as escolas incentivam e dão condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar (exemplos: atividades culturais, como visitas a museus, cinema, teatro, exposições, entre outras; atividades de educação ambiental, como passeios ecológicos, visitas à estação de tratamento de água e esgoto, lixão, entre outras; atividades de integração com a comunidade do entorno).

### Justificativa:

A secretaria municipal lança, a cada ano letivo, projetos de incentivo às práticas pedagógicas fora do espaço escolar, em especial, às que dizem respeito a atividades culturais. No momento, existem os projetos "Ida ao teatro", "Aprender com o cinema" e "Museu virtual", que estão sendo desenvolvidos nas 24 escolas do município. Não há, no entanto, ainda, projetos de educação ambiental, nem tampouco atividades que envolvam a integração com a comunidade do entorno.

### Demandas Potenciais Redes Municipais:

Incentivar a continuidade dos projetos culturais e a criação de novos projetos nas escolas, promovendo encontros e reuniões para melhor planejá-los e compartilhá-los. Criar projetos de educação ambiental e promover atividades que envolvam a integração com a comunidade, como, por exemplo, passeios e visitas que permitam a participação das famílias dos alunos. Incentivar pesquisas e trabalhos em grupo relacionados ao cotidiano da comunidade, como pesquisas de preços e visitas ao comércio local.

## EXEMPLO 2

**Dimensão:** 4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos

**Área:** 2. Condições da rede física escolar existente

**Indicador:** 1. Biblioteca: instalações e espaço físico

**Pontuação**

**Critérios Preenchimento Obrigatório**

**X**

1. Quando menos de 25% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações são inadequadas para a organização e armazenamento do acervo e para realização de estudos. Ou quando não existe biblioteca ou espaço de leitura nas escolas da rede.
2. Quando menos de 50% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações não permitem a organização e armazenamento do acervo; não existe espaço suficiente para estudos individuais e em grupo.
3. Quando mais de 50% das escolas da rede já possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações são parcialmente adequadas para a organização e armazenamento do acervo; os espaços para estudos individuais e em grupo não atendem à necessidade da escola.
4. Quando todas as escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura, em cumprimento à Lei 12.244/2010. As instalações são adequadas para a organização e armazenamento do acervo; favorecem a realização de estudos individuais e em grupo.

**Justificativa:**

Das 10 escolas de ensino fundamental do município, apenas uma possui biblioteca. Esta, por sua vez, encontra-se em condições ruins para armazenar o acervo (possui mofo, goteiras e é pequena para acomodar todo o material). Além disso, possui apenas duas mesas, o que impossibilita seu uso efetivo para estudo pelos alunos e professores, já que não comporta uma turma inteira de alunos. Nas outras 9 escolas, não há salas disponíveis para a organização de bibliotecas.

**Demandas Potenciais Redes Municipais:**

Ampliar os espaços escolares, a fim de construir salas para bibliotecas. Construir e organizar bibliotecas nas nove escolas que não as possuem e ampliar a biblioteca existente, melhorando suas condições de uso. Equipar as bibliotecas com mobiliário adequado para acomodar uma turma inteira de alunos, com o objetivo de utilizá-la para fins didáticos e de incentivo à leitura e às reuniões de estudo. Reformar a biblioteca existente, de modo a torná-la apropriada para armazenar o acervo.

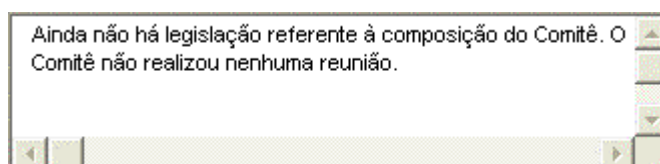
Apresentamos, agora, alguns exemplos de diagnósticos com respostas inconsistentes.

### a) Incoerência entre a pontuação escolhida e as respostas

- No exemplo, o município marcou pontuação quatro, porém, apontou falhas graves na justificativa e nas demandas potenciais; ou seja, pela compreensão do MEC, a pontuação mais coerente seria 1.

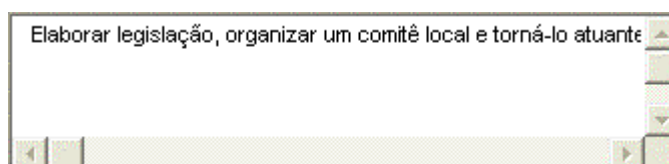
4. Quando existe o Comitê Local do Compromisso (XXVIII diretriz do Plano de Metas do PDE) implementado ou seu papel foi atribuído ao Conselho Municipal de Educação, possui um regimento interno; as reuniões são regulares; o Comitê é representado por segmentos do governo municipal e sociedade civil; é atuante; mobiliza a sociedade e acompanha as metas de evolução do Ideb; e auxilia a secretaria de educação no fortalecimento do ensino público de qualidade.

**Justificativa:**



Ainda não há legislação referente à composição do Comitê. O Comitê não realizou nenhuma reunião.

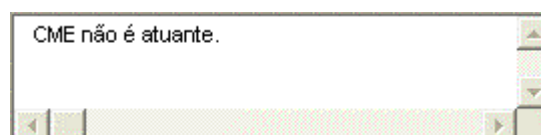
**Demandas Potenciais Redes Municipais:**



Elaborar legislação, organizar um comitê local e torná-lo atuante.

### b) Respostas curtas e/ou pouco esclarecedoras

**Justificativa:**



CME não é atuante.

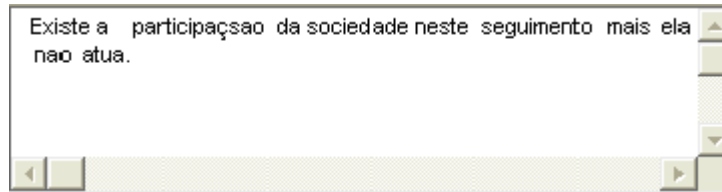
**Demandas Potenciais Redes Municipais:**



Não há.

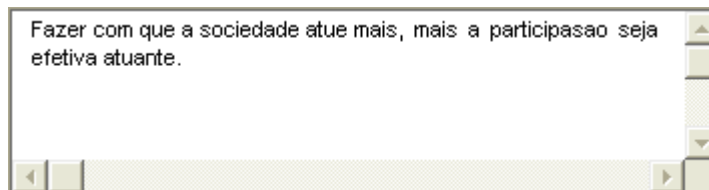
**c) Mau uso da Língua Portuguesa (incorreções na grafia, redação confusa, problemas de coesão e coerência etc)**

**Justificativa:**



Existe a participação da sociedade neste seguimento mais ela não atua.

**Demandas Potenciais Redes Municipais:**

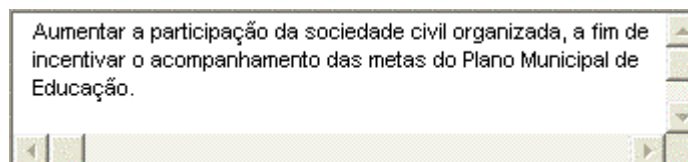


Fazer com que a sociedade atue mais, mais a participação seja efetiva atuante.

**d) Confusão entre os campos “Justificativa” e “Demandas Potenciais”**

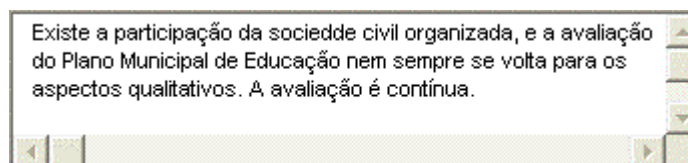
**Indicador assinalado:** CME é atuante.

**Justificativa:**



Aumentar a participação da sociedade civil organizada, a fim de incentivar o acompanhamento das metas do Plano Municipal de Educação.

**Demandas Potenciais Redes Municipais:**



Existe a participação da sociedade civil organizada, e a avaliação do Plano Municipal de Educação nem sempre se volta para os aspectos qualitativos. A avaliação é contínua.

## OUTRAS OBSERVAÇÕES

1. Regularmente as equipes do Ministério da Educação encaminham mensagens aos municípios por meio do endereço eletrônico informado no cadastro do usuário ATIVO do módulo PAR 2010. Essas mensagens iniciam o campo “assunto” com **[simec]**. Caso o usuário nunca tenha recebido uma dessas mensagens, entre em contato com a equipe do PAR para verificar o cadastro.

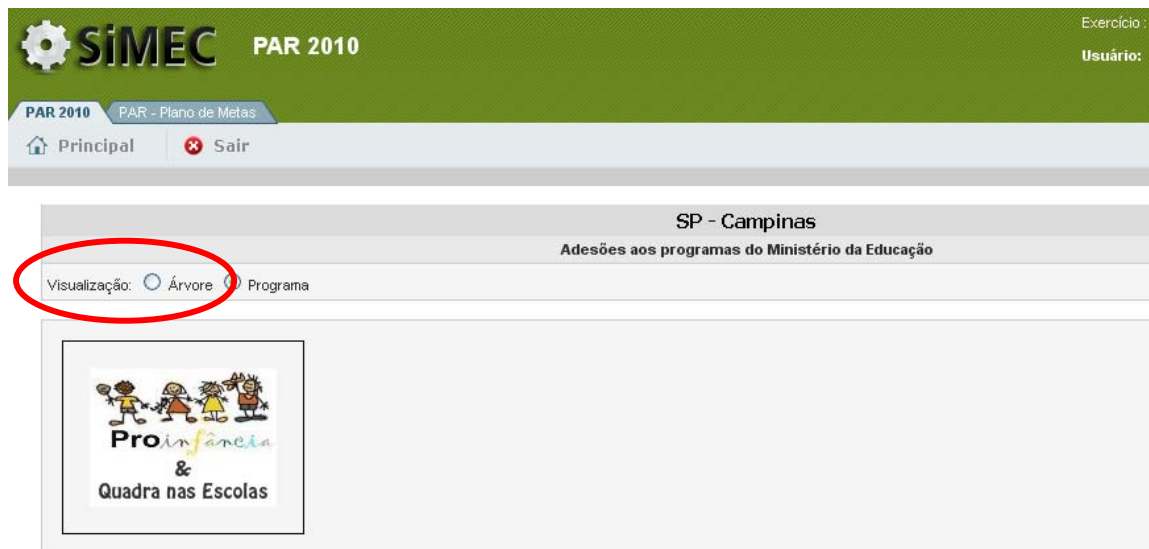
2. Na troca de dirigente municipal de educação (DME), a equipe municipal deve fazer o cadastro do novo DME e solicitar o bloqueio do acesso daquele que saiu, enviando mensagem para o endereço eletrônico [planodemetas@mec.gov.br](mailto:planodemetas@mec.gov.br) . **Não se utiliza login (CPF) e senha de dirigente municipal de educação que não está mais ocupando a função no município.**

3. Alguns municípios estão com dificuldade de localizar o ambiente de elaboração do PAR 2011 – 2014. Seguem os procedimentos:

a) O PAR 2011-2014 é elaborado no módulo “PAR 2010”, o mesmo módulo em que foram inseridas as obras do PAC 2 (quadras e Proinfância). Acesse o Simec e, se não abrir diretamente o módulo PAR 2010, selecione e clique na aba que aparece no alto da página.



b) Se, ao acessar o módulo PAR 2010, aparecer a tela abaixo, assinala-se em “Árvore”. Aparecerá uma mensagem solicitando o preenchimento das abas dos “Dados da Unidade” – é o início da elaboração do PAR 2011 – 2014.





Seguem, abaixo, os contatos mais solicitados pelos municípios.

- Informações sobre utilização do Simec – Módulos “PAR Plano de Metas” e “PAR 2010” (acesso ao sistema, senha, inserção de dados, monitoramento do PAR):

**e-mail:** [planodemetas@mec.gov.br](mailto:planodemetas@mec.gov.br)

**No MEC - telefones:** (61) 2022-8335 / 8336 / 8337 / 8338.

**No FNDE - telefones:** (61) 2022-5802 / 5813 / 5831 / 5902 / 5924 / 5928 / 5930 / 5961 / 5973

- Informações técnicas sobre obras (dados do terreno, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, documentos a serem anexados, diligências etc):

**e-mail:** [tiago.radunz@fnde.gov.br](mailto:tiago.radunz@fnde.gov.br)

**No FNDE - telefones:** (61) 2022 - 4350 / 4351 / 4072 / 4432

- Informações sobre monitoramento obras:

**No FNDE - telefones:** (61) 2022 - 4638 / 4688

- Informações sobre Levantamento da Situação Escolar (LSE):

**No FNDE - telefone:** (61) 2022 – 4131

- Informações sobre convênios no FNDE:

**No FNDE - telefones:** (61) 2022 – 4904 / 4905

- Informações sobre emendas parlamentares:

**No FNDE - telefone:** (61) 2022 – 4334

- Informações sobre o Programa Mais Educação:

**No MEC - telefones:** (61) 2022 – 9181 / 9208

- Informações sobre Conselhos Escolares e Pró-conselho:

**No MEC - telefones:** (61) 2022 – 8354 / 8355

- Informações sobre PDE Escola:

**No MEC - telefones:** (61) 2022 - 8386 / 8382 / 8392 / 8393

- Informações sobre Pró-letramento, Profucionário, Rede de Formação

**No MEC - telefone:** (61) 2022 - 8369

- Informações sobre PARFOR presencial:

**e-mail:** [parfor@capes.gov.br](mailto:parfor@capes.gov.br)

**Telefone:** 0800 616161, opção 7

- Informações sobre Plataforma Freire:

**Telefone:** 0800 616161, opção 7

- Informações sobre Formação pela Escola:

**Telefone:** (61) 2022 - 5881 / 5895 / 5970 / 5974

**OBSERVAÇÃO:** ocasionalmente os telefones podem ser alterados. Nesse caso, ligue para o 0800 616161.